



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 10 de setembro de 2020

A UE deve intensificar a sua resposta à estratégia de investimento da China, afirma o Tribunal de Contas Europeu

Num novo documento de análise publicado hoje, o Tribunal de Contas Europeu (TCE) examina os múltiplos riscos, sobretudo de natureza económica e política, que a estratégia de investimento estatal da China coloca para a UE, bem como as oportunidades que apresenta. O TCE alerta para o facto de a UE se deparar com vários desafios na gestão da sua resposta, incluindo a forma de melhorar a definição, a aplicação e o acompanhamento da sua estratégia relativa à China, bem como a coordenação das ações das instituições da UE e dos Estados-Membros no âmbito das suas relações bilaterais com a China. Também assinala que se dispõe de dados incompletos sobre os investimentos chineses na UE e aponta para a necessidade de um levantamento sólido dos riscos e das oportunidades.

Desde a década de 1980, a China tem vindo a aplicar uma estratégia de investimento que incentiva as empresas detidas pelo Estado e as empresas privadas a investirem em setores estratégicos no estrangeiro. Os seus dois principais pilares são a iniciativa "Uma Cintura, Uma Rota" em matéria de conectividade e a estratégia industrial "Made in China 2025", ambas destinadas a garantir o crescimento económico e a influência do país. As instituições da UE empreenderam várias iniciativas, a mais recente das quais – a perspetiva estratégica UE-China, em 2019 – marcou uma mudança de tom nas relações UE-China, sendo este país designado simultaneamente por parceiro e adversário sistémico. Além disso, os Estados-Membros cooperam de forma bilateral com a China, frequentemente de acordo com os seus próprios interesses nacionais e sem informar a Comissão, mesmo quando tal é exigido. Esta abordagem fragmentada não promove o poder económico da UE agindo coletivamente. Neste contexto, o TCE salienta a existência de desafios específicos com que a UE se depara para atuar de forma atempada e coordenada nas situações em que uma abordagem concertada poderia ser uma vantagem, como no caso da segurança do 5G.

"A China emergiu como um interveniente económico significativo no palco internacional e as relações UE-China afetarão a vida e a economia dos cidadãos da UE durante muitos anos", afirmou Annemie Turtelboom, Membro do TCE responsável pelo documento de análise. "Uma

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do documento de análise adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi - L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

resposta eficaz à mudança geopolítica exigirá que a UE intensifique a sua estratégia em relação à China e que os Estados-Membros atuem juntamente com as instituições da UE, enquanto União."

Os investimentos chineses na UE aumentaram nas últimas duas décadas e podem ter efeitos positivos nas economias europeias, nomeadamente a promoção do crescimento e do emprego. No entanto, incidem em setores estrategicamente importantes como a energia, as telecomunicações, os portos e o transporte ferroviário. Além disso, as empresas detidas pelo Estado chinês estiveram na origem de mais de metade destes investimentos na União. Ao abrigo das regras da UE, se estes subsídios fossem concedidos por um Estado-Membro, seriam tratados como auxílios estatais. Esta diferença de tratamento pode distorcer a concorrência no mercado interno da União e dificulta a realização de condições de concorrência equitativas para as suas empresas e investimentos.

O TCE assinala vários elementos que prejudicam a elaboração de políticas fundamentadas da UE sobre a China. Salaria que foi difícil obter uma visão geral dos investimentos que fazem parte da estratégia de investimento estatal da China na União, devido em parte ao facto de os dados serem fragmentados e incompletos. Além disso, as instituições da UE ainda não realizaram uma análise formalizada exaustiva dos riscos e oportunidades da estratégia de investimento da China.

A compilação dos riscos e oportunidades elaborada pelo TCE, a primeira no seu género, aponta 18 riscos políticos, económicos, sociais, jurídicos e ambientais, tais como o endividamento excessivo dos Estados-Membros para com a China ou as empresas serem forçadas a transferir tecnologia. Caso se concretizem, estes riscos teriam um impacto negativo na reciprocidade e na existência de condições de concorrência equitativas. Além disso, três desses riscos (lacunas nas infraestruturas de conectividade ou duplicação dessas infraestruturas, choques nas cadeias de abastecimento da UE e transmissão de doenças) ainda não são abrangidos por nenhuma das ações atuais da Comissão ou do Serviço Europeu para a Ação Externa. Na referida compilação, o TCE salienta igualmente 13 oportunidades para a UE na cena política e económica.

O TCE alerta para o facto de que a UE enfrenta seis desafios futuros na resposta à estratégia de investimento estatal da China, nomeadamente como:

- disponibilizar dados mais completos e atempados sobre os investimentos chineses na UE;
- realizar uma análise exaustiva dos riscos e das oportunidades;
- aplicar melhor a sua própria estratégia, em especial as ações destinadas a promover a reciprocidade e a prevenir os efeitos de distorção no mercado interno da UE, e dar resposta aos riscos pendentes;
- avaliar as necessidades de financiamento e acompanhar as despesas;
- reforçar o acompanhamento, a avaliação e a comunicação de informações;
- coordenar melhor a resposta das instituições da UE e dos Estados-Membros.

Nota aos diretores das publicações

A UE é o maior parceiro comercial da China e esta é o seu segundo maior parceiro comercial. A União está empenhada em assegurar a reciprocidade do comércio com a China e condições de concorrência equitativas. No entanto, o mercado chinês é menos aberto do que o da UE em matéria de investimento estrangeiro. Existem também preocupações quanto ao facto de os

investimentos financiados pelo Estado chinês nos Estados-Membros poderem distorcer a concorrência no mercado interno da União.

A resposta institucional da UE à estratégia de investimento da China decorre de três documentos estratégicos, que estabelecem 74 ações, a maioria visando garantir a reciprocidade e condições de concorrência equitativas (17), o desenvolvimento sustentável e a boa governação (16), e o aprofundamento do diálogo sobre a paz e a segurança (10). A resposta isolada dos Estados-Membros à estratégia de investimento da China abrange quatro domínios principais: memorandos de entendimento para a cooperação em matéria de investimentos relacionados com a iniciativa "Uma Cintura, Uma Rota", tratados bilaterais de investimento, análise do investimento estrangeiro direto a nível nacional e documentos de orientação nacionais. A China estabeleceu um quadro de cooperação com um grupo de 17 países europeus ("17+1"), incluindo países candidatos dos Balcãs Ocidentais. Quinze Estados-Membros assinaram individualmente memorandos de entendimento com a China para cooperar no âmbito da iniciativa "Uma Cintura, uma Rota".

O documento de análise 3/2020, intitulado "Resposta da UE à estratégia de investimento estatal da China", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE, juntamente com uma entrevista em vídeo e um *podcast* com o Membro do TCE responsável. Não se trata de uma auditoria, mas de uma análise das informações publicamente disponíveis, que foi concluída antes do surto de COVID-19. As informações sobre as medidas do Tribunal em resposta à pandemia de COVID-19 encontram-se [aqui](#).

Contacto para a imprensa: Damijan Fišer E-mail: damijan.fiser@eca.europa.eu Tel.: (+352) 4398 45 510 / Telemóvel: (+352) 621 55 22 24